

**As questões ambientais no Brasil: análise comparativa dos discursos de José
Sarney e Fernando Collor de Mello a partir da Teoria de
Análise do Discurso de Patrick Charaudeau**

The environmental issues in Brazil: a comparative analysis of José Sarneys's and
Fernando Collor de Mello's speeches through the theory of
analysis of the speeches by Patrick Charaudeau

Márcia Sueli Pereira da Silva Schneider¹;

Julia Soares Figueiredo²,

Resumo

A proposta desse artigo é analisar como foram abordadas as questões ambientais no Brasil durante os mandatos dos ex-presidentes do país, José Sarney e Fernando Collor, por meio de uma análise comparativa de seus discursos de abertura na Assembleia Geral das Nações Unidas. A análise comparativa foi realizada a partir da teoria de Patrick Charaudeau, utilizada em discursos políticos, com enfoque nos modos de construção enunciativo e argumentativo. Dessa forma, pretende-se observar e verificar as realizações dos presidentes, comparando suas atuações na área.

Palavras-chave: Meio Ambiente; Discurso Político; Brasil; Análise do Discurso; ONU.

Abstract

The purpose of this article is to analyze how environmental issues were addressed in Brazil during the mandates of the former presidents of the country, José Sarney and Fernando Collor, through a comparative analysis of their opening speeches at the United Nations General Assembly. The comparative analysis was based on the theory of Patrick Charaudeau, used in political discourses, with a focus on the modes of enunciative and argumentative construction. In this way, it is intended to observe and verify the achievements of the presidents, comparing their actions in the area.

Key words: Environment; Political Speeches; Brazil; Discourse Analysis; ONU.

Introdução

Desde o final da década de 1960, as questões ambientais se tornaram fenômenos globais, e a Terra foi vista como um ecossistema interdependente. Segundo Szucko (2015), “o aumento da interdependência entre os diferentes atores internacionais juntamente com a emergência de problemas globais que ultrapassam as fronteiras estatais são características do século XXI, e, nesse sentido, a questão ambiental possui

¹ Doutora em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem e docente do Curso de Relações Internacionais da Universidade Federal do Tocantins.

² Graduanda do Curso de Relações Internacionais da Universidade Federal do Tocantins

um papel fundamental ao apresentar-se como uma oportunidade para o desenvolvimento da cooperação”.

A consciência coletiva dos atores internacionais está diretamente ligada ao desenvolvimento da cooperação, os Estados e outros atores precisam cooperar para alcançar um objetivo comum que não é delimitado por fronteiras. Tais questões demandam integrar os países, promover acordos, entre outros. A Organização das Nações Unidas é a organização que reúne países para alcançar esses objetivos de caráter internacional. Assim, a proposta deste trabalho tem como objetivos comparar os discursos que os ex-presidentes José Sarney e Fernando Collor de Melo realizaram nas Assembleias Gerais da ONU, a fim de observar as convergências e divergências dos discursos, e construir uma conclusão que aponte qual dos dois presidentes realizou maior avanço em relação às questões ambientais brasileiras e às questões ambientais no contexto mundial, conforme o que foi declarado em seus discursos.

Dessa forma, este artigo está organizado da seguinte maneira:

Primeiro se apresenta a trajetória ambiental da ONU dentro do recorte temporal no qual os discursos estão inseridos. Em seguida, se expõe as realizações ambientais brasileiras, com base no contexto internacional (política externa) e no contexto estatal (política interna).

O subitem, ato de comunicação, expõe brevemente a teoria de Patrick Charaudeau utilizada para analisar os discursos. Dentro da teoria de Charaudeau, a análise foi realizada com um foco maior para o modo de organização do ato de linguagem enunciativo-argumentativo. A escolha deste modo se deve às características do discurso, que apresenta as diversas relações entre o interlocutor, o locutor e terceiros, além de ter o objetivo de expor e provar causalidades, persuadindo o interlocutor.

Os subitens quatro e cinco apresentam a biografia dos presidentes, com a suas trajetórias na política brasileira e suas realizações no campo de análise, e o último tem o propósito de traçar uma análise entre os discursos com base na teoria apresentada.

1. As questões ambientais na ONU

Neste item serão abordadas as questões ambientais na Organização das Nações Unidas (ONU). É importante ressaltar que a ONU possui uma trajetória ambiental

longa, que perdura até os dias de hoje, portanto, a análise foi realizada com um recorte temporal que contempla o período em que foram inseridos os discursos analisados, começando com a problemática do final da Segunda Guerra Mundial até o final da Guerra Fria (1945-1990). O recorte escolhido insere o contexto de Guerras que trouxeram elementos importantes para a problemática ambiental, como o uso de armas nucleares, por exemplo.

De acordo com o site da ONU Brasil, o movimento ambiental começou séculos atrás como uma resposta à industrialização. O crescimento das populações e das indústrias em diversos países a partir do século XVIII gerou consequências graves ao meio ambiente, que só foram vistas como problema após a degradação de grande parte do meio. A industrialização foi o marco do movimento ambiental, porém o movimento continuou com outros acontecimentos, com o final da Segunda Guerra Mundial, agregando mais problemáticas.

Com o final da Segunda Guerra Mundial em 1945 houve o surgimento da era nuclear e o temor da poluição pela radiação e, em 1962 o movimento ambiental ganhou ainda mais força com o alerta presente no livro de Rachel Carson, “A Primavera Silenciosa”, que aborda o uso agrícola de pesticidas químicos. O ponto crucial para o movimento ambiental aconteceu em 1969 com a primeira foto da Terra vista pelo espaço. O impacto da foto foi importante, pois, pela primeira vez, esta foi vista como um ecossistema frágil e interdependente, entrando na consciência coletiva do mundo. Com o fim da década de 1960, em resultado disso, a visão ambiental se tornou um fenômeno global.

Em decorrência dessa visão ambiental interdependente, em 1972 a ONU convocou a Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, em Estocolmo (Suécia). O evento foi um marco e sua Declaração final contém 19 princípios que representam um Manifesto Ambiental, que ao abordar a necessidade de “inspirar e guiar os povos do mundo para a preservação e a melhoria do ambiente humano”, estabeleceu as bases para a nova agenda ambiental do Sistema das Nações Unidas.

Em seguida a Assembleia Geral da ONU criou, em dezembro de 1972, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), que coordena os trabalhos da ONU em nome do meio ambiente global. Suas prioridades atuais são os aspectos ambientais das catástrofes e conflitos, a gestão dos ecossistemas, a

governança³ ambiental, as substâncias nocivas, a eficiência dos recursos e as mudanças climáticas.

Em 1983, o Secretário-Geral da ONU convidou a médica Gro Harlem Brundtland, mestre em saúde pública e ex-Primeira Ministra da Noruega, para estabelecer e presidir a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. A Comissão, inaugurada em abril de 1987, ficou conhecida como Comissão Brundtland e publicou um relatório inovador, “Nosso Futuro Comum” – que traz o conceito de desenvolvimento sustentável para o discurso público. As amplas recomendações feitas pela Comissão levaram à realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, que colocou o assunto diretamente na agenda pública, de uma maneira nunca antes feita.

Em 1992, a *Cúpula da Terra*, como ficou conhecida, adotou a *Agenda 21*, um diagrama para a proteção do nosso planeta e seu desenvolvimento sustentável, a culminação de duas décadas de trabalho que se iniciou em Estocolmo em 1972. Em 1992, a relação entre o meio ambiente e o desenvolvimento, e a necessidade imperativa para o desenvolvimento sustentável foi vista e reconhecida em todo o mundo. Na Agenda 21, os governos delinearam um programa detalhado para afastar o mundo do atual modelo insustentável de crescimento econômico, direcionando para atividades que protejam e renovem os recursos ambientais, no qual o crescimento e o desenvolvimento dependem.

A Agenda 21 foi além das questões ambientais para abordar os padrões de desenvolvimento que causam danos ao meio ambiente. Elas incluem: a pobreza e a dívida externa dos países em desenvolvimento; padrões insustentáveis de produção e consumo; pressões demográficas e a estrutura da economia internacional. O programa de ação também recomendou meios de fortalecer o papel desempenhado pelos grandes grupos – mulheres, organizações sindicais, agricultores, crianças e jovens, povos indígenas, comunidade científica, autoridades locais, empresas, indústrias e

³ A governança global reside no processo de construção das instituições como a ONU, FMI, OMC e dos regimes internacionais para a regulação dos desafios contemporâneos, portanto não deve ser confundida com um “governo global” (BARROS-PLATIAU, 2001)

Organizações Não-Governamentais⁴ (ONGs) para alcançar o desenvolvimento sustentável.

Para assegurar o total apoio aos objetivos da Agenda 21, a Assembleia Geral estabeleceu, em 1992, a Comissão para o Desenvolvimento Sustentável como uma comissão funcional do Conselho Econômico e Social. A Assembleia Geral realizou uma sessão especial em 1997, chamada de “Cúpula da Terra +5” para revisar e avaliar a implementação da Agenda 21, e fazer recomendações para sua realização. Os princípios do desenvolvimento sustentável estão implícitos em muitas das conferências da ONU, incluindo: A Segunda Conferência da ONU sobre Assentamentos Humanos (Istambul, 1999); a Sessão Especial da Assembleia Geral sobre Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (Nova York, 1999); a Cúpula do Milênio (Nova York, 2000) e seus Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (cujo sétimo objetivo procura “Garantir a sustentabilidade ambiental”) e a Reunião Mundial de 2005.

2. As questões ambientais no Brasil

Segundo o Ministério do Meio Ambiente (MMA), o Brasil possui ampla dimensão territorial, uma enorme variedade climática, um gigantesco patrimônio ambiental e a maior diversidade biológica do planeta. Por conta disso, a pressão sobre a conservação dos recursos naturais disponíveis no país cresce, e a utilização destes de maneira sustentável é o grande desafio e missão para o MMA. Devido à complexidade de gerir o patrimônio ambiental, organizações foram criadas para alcançar os objetivos propostos com maior êxito.

O início se deu em 1973 com a criação da Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA), ligada diretamente à Presidência da República. Em 1981 é promulgada a Lei nº 6.938, que institui a Política Nacional do Meio Ambiente, marco para a gestão do meio ambiente brasileiro. Em 1988, com a constituição, o país destina pela primeira vez na sua história, um capítulo específico ao meio ambiente, considerado um bem público essencial à qualidade de vida. Com efeito, o capítulo constitucional prescreve, ao Estado Brasileiro e à coletividade, o dever de defender e preservar o meio ambiente para as

⁴ O conceito de Organização Não Governamental – ONG teve seu início em 1940, pela Organização das Nações Unidas – ONU, para caracterizar as entidades, da sociedade que atuavam com projetos humanitários ou de interesse público. (SCHEID; MAFALDA; MSC, 2010).

gerações presentes e futuras. Logo após, em 1989, houve a criação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), e, três anos mais tarde, a do Ministério do Meio Ambiente.

O Brasil assumiu compromissos internacionais na área do meio ambiente, um estímulo para a gestão ambiental do país. Um destes compromissos internacionais foi a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio 92), da qual se desdobra a criação da Comissão Interministerial sobre Desenvolvimento Sustentável (CIDES), em 1994. Essa Comissão tem como objetivo assessorar o Presidente da República na tomada de decisões sobre as estratégias e políticas nacionais necessárias ao desenvolvimento sustentável, conforme as diretrizes estabelecidas pela Agenda 21.

Em 1997, com o intuito de complementar os trabalhos da Comissão Interministerial, tornando a política de meio ambiente mais representativa, cria-se a Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Nacional, da qual participam representantes do governo e da sociedade civil, sob a presidência do MMA. À Comissão cabe propor e avaliar estratégias e instrumentos voltados para o desenvolvimento sustentável do País e elaborar a Agenda 21 Nacional. Ao levar em conta que a proposta deste trabalho é de análise dos discursos que foram elaborados quase no fim da Guerra Fria, é necessário fazer uma breve abordagem com a temática de Guerra Fria e de Pós Guerra Fria dentro da Política Externa Brasileira para o Meio Ambiente.

Segundo Pecequillo (2009), mesmo envolta na dinâmica da Guerra-Fria, a Conferência de Estocolmo, em 1972, alçou a temática ambiental ao contexto das relações internacionais e ultrapassou a rivalidade entre as duas potências do período (Estados Unidos e União Soviética), modificando o êxito dos debates, que até aquele momento ocorriam fundamentalmente no eixo leste-oeste, passando a indicar um confronto entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento, a já citada “clivagem Norte-Sul” (PECEQUILO, 2009). Durante essa Conferência, “os países desenvolvidos apresentavam uma postura que caminhava na direção de relacionar a degradação ambiental aos países pobres, responsabilizando-os principalmente pelo mau uso dos recursos naturais” (COELHO; SANTOS, 2015).

É importante citar o relatório da Conferência de Estocolmo, conhecido como “*Report on Development and Environment*”, que apontava os danos ambientais causados principalmente pelos países desenvolvidos devido ao seu modelo agressivo de desenvolvimento. Por outro lado, também apontou que as questões de degradação ambiental dos países subdesenvolvidos estavam relacionadas à pobreza e falta de recursos para lidar com o dilema do subdesenvolvimento. Autores como Pecequillo (2009) e Duarte (2003) afirmam que a posição do país foi interpretada como negativa, tanto no nível doméstico quanto no nível internacional, e isso impactou a Política Externa Brasileira. No período de Pós Guerra Fria, “cabe ressaltar que a política externa brasileira no início do governo Collor de Mello (1990-1992) irá marcar um *novo tempo*” (PINHEIRO, 2000, pág. 308).

3. Ato de comunicação

Charaudeau (2009) em seu livro “Linguagem e Discurso” apresenta o ato de comunicação como um dispositivo cujo centro é ocupado pelo locutor, ao falar ou escrever, em relação com o interlocutor. De acordo com o autor, os componentes do ato de comunicação são os modos de organização do discurso, a situação de comunicação, a língua e o texto.

O autor apresenta quatro modos de organização do discurso, que são: Enunciativo, Descritivo, Narrativo e Argumentativo. Para Charaudeau (2009), o modo enunciativo tem foco voltado para os protagonistas, pois é uma categoria de discurso que aponta para a maneira pela qual o sujeito falante age na encenação do ato de comunicação. O modo enunciativo intervém na encenação dos três outros modos de organização e, portanto, comanda os demais.

Neste modo há três funções distintas: estabelecer uma relação de influência entre locutor e interlocutor num comportamento alocutivo; revelar o ponto de vista do locutor, num comportamento elocutivo e retomar a fala de um terceiro, num comportamento delocutivo.

Em relação à categoria ***alocutiva***, o autor afirma que há a relação de influência do locutor sobre o interlocutor em forma de imposição (injunção, interpelação). Essa imposição pode obrigar o interlocutor a realizar uma ação, estabelecendo uma relação

de força ou o locutor se coloca em uma posição inferior à do interlocutor (relação de petição, interrogação).

Sobre a categoria **elocutiva**, o autor afirma que há a relação do locutor consigo mesmo, na qual o locutor enuncia seu ponto de vista sobre o mundo (propósito referencial). Esse ponto de vista pode ser especificado por: ponto de vista do modo do saber (constatação, saber/ignorância), ponto de vista de avaliação (opinião, apreciação), ponto de vista de motivação (obrigação, possibilidade, querer), ponto de vista de engajamento (promessa, aceitação/recusa, acordo/desacordo, declaração) e ponto de vista de decisão (proclamação).

A categoria **delocutiva** é aquela na qual há a relação do locutor com um terceiro. Nesse caso há duas possibilidades, em uma o propósito se impõe por si só (evidência e probabilidade), em outra o propósito é um texto (discurso relatado).

O *modo argumentativo* tem como função de base expor e provar causalidades com uma perspectiva racional para influenciar o interlocutor. Este modo se encontra dentro do modo enunciativo, pois nele se encontra as diferentes relações que envolvem o interlocutor, o locutor e os outros. De acordo com Charaudeau (2009), todos os modos propõem uma organização do mundo referencial, que resulta em lógicas de construção desses mundos e uma organização de sua *encenação*.

A encenação é a forma que o autor organiza o discurso, tendo as *categorias de língua* ordenadas nos modos de organização do discurso para produzir sentido em sua análise. O locutor fala e/ou escreve organizando o discurso em função de sua própria identidade, da imagem que se tem de seu interlocutor e do que já dito. Os sujeitos presentes na encenação são os **parceiros e os protagonistas do ato de linguagem**.

Os **parceiros** são seres sociais e psicológicos, externos ao ato de linguagem. Os parceiros são o Locutor-emissor que produz o ato de comunicação (sujeito comunicante) e o Interlocutor-receptor que recebe o discurso do locutor, o interpreta e reage (sujeito interpretante). Os **protagonistas** são seres de fala, internos ao ato de linguagem. Eles são o Enunciador, que intervém ou se apaga do discurso, e o Destinatário, a quem o locutor atribui um lugar determinado, no interior de seu discurso.

4. José Sarney

José Ribamar Ferreira de Araújo Costa nasceu em Pinheiro, Maranhão. José adotou oficialmente por sobrenome o prenome do pai, Sarney, e ficou conhecido como José Sarney. Foi eleito vice-presidente para o primeiro governo civil brasileiro pós-regime militar (1964), assumiu a presidência em caráter após a morte de Tancredo Neves e permaneceu no poder do ano de 1985 até o ano de 1989.

Como presidente obteve grande apoio popular, especialmente após o lançamento do programa de estabilização econômica, conhecido como Plano Cruzado (1986), baseado no congelamento de preços e salários e extinção da correção monetária. Ao final de seu mandato, com o fracasso do plano, há a volta da inflação. Sarney candidatou-se e é eleito ao Senado pelo Amapá em 1990, assumindo a Presidência do Congresso em 1994.

Durante seu mandato, dedicou-se as questões ambientais, na qual o Brasil fez parte de debates internacionais e projetos para a preservação ambiental. Naquele período era necessário criar estruturas governamentais que abordassem as questões de forma estratégica e prioritária. Entre os anos de 1987 e 1988, o Brasil assiste a um considerável aumento das queimadas em seus biomas, sobretudo na região Amazônica. Em agosto de 1988 foram queimados, por dia, cerca de mil quilômetros quadrados de mata.

As críticas e a pressão internacional aumentaram sobre o Brasil e levaram a uma reação do governo. Ainda em 1988, Sarney lança o Programa de Defesa do Complexo de Ecossistemas da Amazônia Legal⁵, o chamado “Programa Nossa Natureza”, com a finalidade de estabelecer condições para a utilização e a preservação do meio ambiente e dos recursos naturais renováveis na Amazônia Legal.

Em 1989, o presidente criou o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), que reuniu várias secretarias e se responsabilizou pela articulação, coordenação, execução e controle da política ambiental. Criou também o Programa Calha Norte, com o propósito de defender os interesses nacionais na Região Amazônica, sem imposições e interferências limitadoras da soberania brasileira, levando para as populações setentrionais assistência, cidadania e possibilidades de integração com o resto o País.

⁵ A Amazônia Legal é uma área que corresponde a 59% do território brasileiro e engloba a totalidade de oito estados (Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins) e parte do Estado do Maranhão, perfazendo 5,0 milhões de km² (IPEA).

Em 1988 o IBAMA possibilitou que oito milhões de hectares do território brasileiro ficassem sob o regime de preservação permanente. O posicionamento na política ambiental no Brasil possibilitou ao Brasil ocupar um maior respeito perante as nações desenvolvidas e viabilizou a aprovação do Rio de Janeiro como a sede da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (RIO-92).

5. Fernando Collor De Mello

Fernando Affonso Collor de Mello nasceu no dia 12 de agosto de 1949, no Rio de Janeiro. Fernando Collor é proveniente de uma família com uma forte ligação com a política. Na política, Collor despontou como o principal candidato nas primeiras eleições diretas após a Ditadura Militar no Brasil. Na ocasião, final da década de 1980, o jovem político se tornou popular ao ficar conhecido como Caçador de Marajás, pois seu mote de campanha era acabar com a corrupção no país e eliminar os políticos que se aproveitavam do Estado.

Collor derrotou Luiz Inácio Lula da Silva nas eleições de 1989 e assumiu a presidência do país no ano seguinte. Sua vitória foi muito ligada a forte campanha desenvolvida em torno de sua imagem. Collor foi o responsável pela introdução do neoliberalismo no Brasil, promovendo privatizações como tentativa de cortar os índices inflacionários. Lançou medidas econômicas como o “Plano Collor”, o “Plano Collor II” e o “Plano Marcílio”. Este último, em específico, determinou o confisco dos bens que os brasileiros tinham em poupança para uso do Estado.

O irmão de Fernando Collor de Mello, Pedro Collor de Mello, denunciou o presidente por corrupção e desvio de dinheiro público. As acusações geraram uma investigação que comprovou os atos ilegais do presidente e o aproveitamento do dinheiro que teria sido confiscado da poupança dos brasileiros, culminando com o primeiro processo de impeachment do Brasil. Itamar Franco, seu vice, assumiu a presidência e concluiu o mandato, enquanto Fernando Collor de Mello ficava afastado da carreira política por alguns anos. Foi inocentado dos processos que tramitaram no Supremo Tribunal Federal em 1994 e em 2014.

Collor foi o responsável por realizar, no Rio de Janeiro, a ECO-92, a mais importante conferência sobre meio ambiente da história, com a presença de 180 chefes

de Estado e de governos do mundo inteiro. Além disso, lançou o programa econômico de liberalização do mercado, visando ao crescimento e à eficiência. Iniciou a modernização do parque industrial, do setor automobilístico e a abertura do País às novas tecnologias, com o fim de barreiras alfandegárias.

6. Análise comparativa dos discursos

Os discursos a serem analisados são partes dos discursos de abertura da Assembleia Geral da ONU que tratam das questões ambientais, apresentados pelos presidentes do Brasil nos anos de 1989 e 1990, José Sarney e Fernando Collor. Os discursos foram analisados com um foco mais direcionado ao modo de organização enunciativo-argumentativo, pois esse modo se enquadra na função de base e no princípio de organização de ambos os discursos.

José Sarney e Collor iniciaram seus discursos com **papel alocutivo de interpelação**, utilizando o vocativo “Senhor Presidente” para se referirem aos seus alocutários, estabelecendo uma relação entre locutor e interlocutor.

No discurso apresentado por Sarney, é possível observar que o mesmo prioriza a proteção ambiental ainda no início de seu discurso, enquanto, no discurso proferido por Collor podemos verificar que este se refere ao tema do meio ambiente como o “segundo grande tema da nova agenda internacional (...)”.

Senhor Presidente, Senhores Delegados,
Duas grandes questões devem igualmente ser **objeto da nossa preocupação prioritária: a proteção ambiental** e o combate ao tráfico e uso de drogas. Estes temas estarão cada vez mais presentes em nossa agenda. (Sarney, pág. 510)

Senhor Presidente,
O **segundo grande tema** da nova agenda internacional é o do **meio ambiente**. (Collor, pág. 527).

No decorrer de seu discurso, Collor faz um convite a todos para comparecerem na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente, a RIO-92, realizada no Brasil. O seu papel como locutor é o **alocutivo de proposta**, conforme colocado por Charaudeau (2009), pois *estabelece uma ação a ser realizada, oferece a realização de uma ação em conjunto com o interlocutor, beneficiando os dois e atribuindo a si uma posição de “poder fazer” esperando a aceitação do interlocutor*.

Desta tribuna, **convido o mundo a que venha ao Brasil em 1992**, para a grande Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, talvez a mais importante reunião internacional deste século, pelo tema, de interesse vital para a humanidade, e pela participação esperada, mesmo no plano não governamental. **Convido todos os Chefes de Estado e de Governo a comparecerem a esse evento**. O Brasil os espera de braços abertos. (Collor, Pág. 527).

Na sequência de seu discurso, Sarney ressalta a necessidade da existência de uma responsabilidade compartilhada entre todos os atores internacionais, utilizando o ***papel elocutivo de discordância***. Sarney fala sobre a necessidade de discutir a questão ambiental sem que culpem apenas os países em desenvolvimento, ao expressar sua não adesão ao propósito de discutir as questões ambientais como um problema Norte-Sul.

A questão ambiental nos seus aspectos planetários – mudança do clima, destruição da camada de ozônio – **não pode nem deve ser discutida de uma perspectiva estreita, como se fora um problema Norte-Sul, em que os países menos desenvolvidos estivessem, por um comportamento irresponsável, afetando o equilíbrio ecológico mundial**. (Sarney, pág.511)

Sarney utiliza ainda o ***papel elocutivo de constatação***, ao afirmar que a relevância atribuída pelo Brasil às questões ambientais está ilustrada pela disposição do país em sediar a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento em 1992. A afirmação de Sarney é um ***ato argumentativo de persuasão***, ao desenvolver a argumentação apresentada em seu discurso, de que a realização da Conferência no Brasil comprova a relevância atribuída às questões ambientais.

A relevância que atribuímos à questão ambiental e a disposição brasileira de tratá-la de forma serena e aberta acham-se claramente refletidas em nossa disposição de sediar, em 1992, a Conferência das Nações Unidas sobre meio Ambiente e Desenvolvimento. (Sarney, pág.511).

Collor, por sua vez, ao tratar das questões ambientais em âmbito internacional, utiliza o ***papel elocutivo de constatação***, ao afirmar que a responsabilidade será

compartilhada entre todos os atores internacionais e que o Brasil está disposto a fazer a sua parte e está certo de que os demais farão o mesmo.

Esse encontro permitirá que a preocupação genérica com o tema do meio ambiente se defina de forma precisa, e que se firmem acordos com base no sentido de responsabilidade compartilhada entre todos os atores internacionais. Para tanto, **será preciso que os governos assumam suas responsabilidades e reexaminem seus objetivos. O Brasil está disposto a fazer sua parte, certo de que os demais países farão o mesmo.** (Collor, pág. 527).

Ao afirmar que o Brasil é uma nação consciente, que sempre preservou seu patrimônio natural, Sarney faz uso do ***papel elocutivo de constatação***, e declara que o país está disposto à cooperar, desde que isso não atinja a soberania brasileira, e, além disso, utiliza o ***papel elocutivo de discordância*** ao citar as antigas companhias de colonização e enfatizar a posição contrária do Brasil em relação aos atos depreciativos decorrentes da colonização.

Sarney faz ainda uso do ***ato argumentativo de persuasão*** ao reconhecer que os brasileiros preservaram o território amazônico.

Mais do que ninguém, tem o Brasil consciência de sua exuberante, rica e extraordinária natureza. Suas florestas, sua fauna e sua flora são um patrimônio e uma riqueza que não abdicamos de preservar. **E o fizemos no passado, quando as grandes companhias colonizadoras formadas no mundo rico invadiram as regiões selvagens da África, da Ásia e da América, depredando-as brutalmente. O Brasil não as aceitou. Proibiu sua presença.** Nos anos 60, o Instituto Hudson concebeu um grande lago para inundar a Amazônia. O Brasil repeliu-o. **Se o mundo hoje pode voltar suas vistas para a Amazônia é porque os brasileiros souberam conservá-la até agora e o farão para o futuro. Estamos dispostos, como sempre estivemos, à cooperação. Contudo, nunca a imposições que atinjam nossa soberania.** (Sarney, pág. 511)

Ao discorrer sobre os problemas ecológicos brasileiros, Collor utiliza o ***papel elocutivo de constatação***, ao atestar que apesar de todos os problemas domésticos o Brasil estava e enfrentando-os com energia, sem estar atrás dos outros países ao abordar a questões de zoneamento da região amazônica.

Estamos enfrentando com energia os problemas ecológicos brasileiros. Apesar de sérias dificuldades econômicas, de graves problemas sociais, da enorme extensão de nosso território, o Governo e a sociedade já realizam no campo ambiental um esforço que não fica a dever ao de outros países. Enquanto cresce entre nós a vigilância ecológica, caminhamos para o zoneamento do país, em especial na região amazônica, para delimitar, de forma científica, as grandes áreas que devem ser integralmente preservadas e as que deverão servir, em diferentes graus e sob rigorosa disciplina, ao desenvolvimento econômico. (Collor, pág. 527).

Ao apontar o grau de responsabilidade sobre a poluição ambiental, Sarney utiliza o ***papel alocutivo de injunção***, ao declarar que os países industrializados têm maior responsabilidade na parcela da poluição ambiental, ou seja, afirma que cabe aos países industrializados se encarregarem da responsabilidade e que não há possibilidade de esperar que os países em desenvolvimento se responsabilizem por tudo sem apoio algum.

Ao utilizar o ***papel elocutivo de obrigação***, retorna à coletividade a responsabilidade compartilhada em prol de um desenvolvimento sustentável eficiente.

A realidade é outra. Cabe aos países industrializados a maior parcela na poluição ambiental. Os países em vias de desenvolvimento não podem aceitar, como base para um novo relacionamento internacional, um conceito de desenvolvimento ecologicamente sustentável que confira apenas a eles a tarefa de assegurar o equilíbrio ecológico do planeta. Para que esse conceito tenha validade, será indispensável estendê-lo aos países industrializados, de forma que se possa determinar também a possibilidade de sustentação, do ponto de vista ambiental, dos padrões de produção e de consumo atingidos por esses países. Será indispensável uma íntima associação de todos os países no esforço de pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias que sejam mais eficientes na utilização de recursos naturais e menos poluidoras do meio ambiente e que se definam obrigações firmes de transferência de tecnologia, a preço de custo. (Sarney, pág.511).

É possível observar que no discurso realizado por Collor, um ano após, este reforça as ideias expressas por Sarney e utiliza os mesmos papéis elocutivos ao reiterar que essa associação deve construir uma equidade entre os atores. Em seu discurso

Collor aponta que os países desenvolvidos deveriam ser os mais responsáveis por contribuir para a correção do problema, ao invés de aprofundarem um “fosso” entre os países ricos e os países pobres.

Os países que, historicamente, mais contribuíram para a contaminação ambiental têm uma responsabilidade maior a esse respeito. Ao facilitarem a provisão dessas tecnologias e desses recursos, assumirão papel crucial na reversão do quadro de catástrofe ecológica que esta geração injustamente herdou. Não se trata de monopolizar ou concentrar benefícios, mas de espalhá-los o mais possível, e o espírito de equidade nos faz prever que **os países de maior desenvolvimento econômico mais contribuirão com seus recursos para a correção dos problemas ambientais. Esta não deve, ainda que indiretamente, aprofundar o fosso entre países ricos e pobres.** O que se impõe é maior solidariedade internacional na utilização de tecnologias modernas e de baixo custo. (Collor, pág. 527)

O Brasil como os demais países em desenvolvimento, precisa ter acesso facilitado às tecnologias que permitem eliminar os danos ao meio ambiente e que se apresentam como ecologicamente seguras. **Essas tecnologias devem ser empregadas em benefício de todos os países. É urgente produzir, no plano internacional, condições financeiras que permitam sua aplicação, e termos competitivos.** (Collor, pág. 527).

Ao finalizar seu discurso, Sarney discorre sobre as ações realizadas pelo governo durante o seu mandato, exemplificando o que havia declarado anteriormente sobre a preservação da região amazônica.

Com o “Programa Nossa Natureza”, **já diminuimos em um só ano as queimadas em cerca de 40%, proibimos a exportação de madeiras em tora, retiramos incentivos a projetos que se revelaram predatórios e criamos o Instituto do Meio Ambiente reunindo dezenas de órgãos em amplo projeto de proteção ecológica.** (Sarney, pág. 512)

Considerações finais

Os papéis enunciativos alocutivo e elocutivo presentes nos discursos analisados, demonstram que os locutores estabelecem uma relação de influência sobre os

interlocutores e, ao mesmo tempo, estabelecem uma relação consigo mesmo. O ato argumentativo de persuasão foi utilizado nos discursos de ambos os presidentes com a finalidade de convencer os diversos interlocutores em relação ao Brasil e sua posição no cenário internacional (sociedade civil, chefes de Estado, organizações internacionais e outros atores).

Durante a análise, é possível observar que os presidentes possuem muitas semelhanças em seus discursos, mas também apresentam divergências significativas. Sarney inicia seu discurso apontando a importância das questões ecológicas, priorizando-as em relação às outras questões. Ao contrário de Sarney, Collor coloca as questões ambientais em segundo plano, como segundo tema da agenda internacional. Collor também não se refere aos delegados de Estado, apenas ao Presidente, o que poderia ser considerado como uma “falta de reconhecimento” da presença dos demais delegados. Em contrapartida, Sarney se refere tanto aos delegados quanto ao Presidente em seu discurso.

Collor faz um convite a todos para comparecerem à Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento de 1992, da qual o Brasil foi escolhido para ser sede. Sarney não faz convites, mas afirma que o fato do Brasil estar disposto a sediar a Conferência é a prova de que o Brasil atribui relevância as questões ambientais.

Em seu discurso, José Sarney se mostra preocupado com a responsabilidade de preservar o meio ambiente, mas aponta que a responsabilidade é coletiva e que as questões ambientais não podem ser tratadas como um problema Norte-Sul. Assim como Sarney, Collor declara que as responsabilidades são coletivas e que todos os Estados devem se comprometer por meio de acordos. .

Ao declarar ter consciência dos problemas domésticos brasileiro, Fernando Collor afirma que o Brasil já estava e continuará se esforçando para melhorar as condições ambientais. Diferentemente de Collor, Sarney reitera que a nação brasileira sempre se preocupou com as questões ambientais e que nunca esteve de acordo com a depreciação da natureza, citando as ações das companhias colonizadoras em outros continentes.

É possível verificar por meio da análise do discurso de José Sarney que o mesmo demonstra uma maior maturidade política em relação à questão da soberania brasileira.

Dessa forma, é possível observar que apesar das semelhanças o discurso de José Sarney apresenta uma experiência e uma maturidade que foi construída durante o seu mandato como presidente e, além disso, apresenta suas realizações na área e uma preocupação à longo prazo, com o objetivo de tornar o Brasil a nação sede da Conferência das Nações Unidas em 1992. Fernando Collor, por sua vez, estava no início de seu mandato e, como sucessor de Sarney deu continuidade as propostas, mas com outro olhar, um olhar mais direcionado para o desenvolvimento econômico.

Referências bibliográficas

CAMINHAS, Lorena; MAIA, Marta. **Análise de Marcas Linguísticas, Intertextualidade e Discurso Político nos Filmes “Peões” e “Entreatos”**. Revista Anagramas, ano 4, ed. 4.

CHARAUDEAU, Patrick. **Linguagem e Discurso: modos de organização**. 1ª ed. São Paulo, Contexto, 2009.

COELHO, André Luiz; SANTOS, Vinicius. **Política Externa Brasileira e o Contexto Ambiental nas Conferências da ONU**. 5º Encontro Nacional da ABRI: Redefinindo a Diplomacia num Mundo em Transformação. De 29 a 31 de julho de 2015. Belo Horizonte, PUC Minas.

CORRÊA, Luiz Felipe de Seixas (Org.). **O Brasil nas Nações Unidas 1946-2006**. Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG). Brasília, 2007. 768p

FERNANDES, Edilene. **A palavra do presidente: análise dos discursos presidenciais de posse desde o Golpe Militar até Lula**. São Paulo: Ed. Unesp, 2011.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2008. **O que é? Amazônia Legal**. Ano 5. Edição 44. Disponível em: <
http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2154:catid=28&Itemid=23 > Acesso em: 23 de outubro de 2016.

José Sarney, o presidente da democracia, 2016. **José Sarney – Presidente**. Disponível em: < <http://www.josesarney.org/> > Acesso em : 29 de outubro de 2016.

LEAL, Georla; FARIAS, Maria; ARAUJO, Aline. **O processo de industrialização e seus impactos no meio ambiente**. QUALIT@S Revista Eletrônica. ISSN 1677-4280 V7. n.1. Ano 2008.

LIMA, Gabriela Garcia Batista. **O conceito de governança global do desenvolvimento sustentável no estudo da efetividade da norma jurídica: reflexões epistemológicas**. Nomos: Revista do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Ceará, v. 32, n. 2, 2012.

Ministério do Meio Ambiente, **Meio Ambiente no Brasil**. Disponível em:

< <http://www.mma.gov.br/port/gab/asin/ambp.html> > Acesso em: 22 de outubro de 2016.

Nações Unidas no Brasil, 2016. **Meio Ambiente**. Disponível em:< <https://nacoesunidas.org/acao/meio-ambiente/> > Acesso em: 16 de outubro de 2016.

PEREIRA, J. C. **Environmental issues and international relations, a new global (dis)order – the role of International Relations in promoting a concerted international system**. Rev. bras. polít. int. [online]. 2015, vol.58, n.1, pp. 191-209. ISSN 1983-3121. DOI: 10.1590/0034-7329201500110. Disponível em: < <http://ref.scielo.org/k7j6tn/>>. Acesso em: 15 de outubro de 2016.

SANTOS, Elizabeth. **A palavra como arma: Análise do Discurso do Deputado Mário Covas em defesa da imunidade parlamentar**. E-Legis, Brasília, n.4, p.133-148, 1º semestre 2010.

Site Fernando Collor, 2014. **Linha do tempo**. Disponível em: < <http://www.fernandocollor.com.br/linha-do-tempo/> > Acesso em: 29 de outubro de 2016.

SZUCKO, A. S. **Questões ambientais globais e relações internacionais: um chamado por ação**. SciELO em Perspectiva: Humanas. Disponível em:< <http://humanas.blog.scielo.org/blog/2015/11/26/questoes-ambientais-globais-e-relacoes-internacionais-um-chamamento-por-acao/>>. Acesso em: 15 de outubro de 2016.